

Reflexões acerca da fundação de Florença na *Laudatio Florentine urbis* de Leonardo Bruni

On the foundation of Florence in Leonardo Bruni's *Laudatio Florentine urbis*

Aléssio Alonso Alves*

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar a forma como Leonardo Bruni (1369-1444) narrou a fundação de Florença na sua obra *Laudatio Florentine urbis* (escrita entre 1403 e 1404). Para tanto, primeiramente discorreremos sobre a importância da história na afirmação e exaltação das comunas italianas desde o século XI; em um segundo momento estabeleceremos uma reflexão teórica sobre o conceito de *autoridade*; e, por fim, analisaremos então o modo como Bruni narrou a fundação de Florença na *Laudatio*, além de estabelecer um paralelo entre a fundação de Gênova como descrita por Iacopo de Varazze (1228-1298) em sua *Chronica civitatis Ianuensis* (1292-1295) precisamente no que diz respeito à origem Romana antiga atribuída a essas cidades.

Palavras-chave: Leonardo Bruni; *Laudatio Florentine urbis*; Florença

Abstract: The main goal of this paper is to analyze how Leonardo Bruni (1369-1444) described Florence's Foundation in his work *Laudatio Florentine urbis* (written between 1403 and 1404). To do so, first I will discuss the importance of history in the assertion and exaltation of the Italian communes since the eleventh century. Then, I will establish a theoretical reflection on the concept of *authority*. Finally, I will analyze how Bruni narrated Florence's Foundation in the *Laudatio* besides establishing a parallel to Genoa's Foundation as described by Jacobus of Varagine (1228-1298) in his *Chronica civitatis Ianuensis* (1292-1295) precisely on their regard to the ancient Roman origin attributed to these cities.

Keywords: Leonardo Bruni; *Laudatio Florentine urbis*; Florence

* Doutorando em História e Culturas Políticas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Pesquisador do Laboratório de Estudos Medievais (LEME). E-mail: <alessioalves@gmail.com>.

Introdução¹

No final do século XI, a região centro-setentrional da Península Itálica testemunhou o surgimento de um modelo de organização da vida política que legou às suas cidades um grande nível de autonomia funcional. Denominado governo consular, esse tipo de organização cívico-política deu início à era das comunas no *Regnum Italicum*. Sendo apenas a primeira fase desse movimento comunal, de maneira geral o governo consular perdurou até o final do século e foi, então, sucedido pela comuna podestatal - cujo período de opulência se estendeu até meados do século XIII. Por sua vez, a esse governo se seguiu o da comuna do povo ou governo do *Popolo* que, a partir do início do século XIV, foi gradativamente cedendo espaço para os regimes senhoriais (GILLI, 2011, p. 57-58).

Nesse cenário, é de grande importância salientar também os fatores externos às cidades que influenciaram decisivamente para a formação das comunas. Desde a metade do século XII, a Península Itálica estava dividida entre a autoridade do império e do papado. Para impor seu poder, o Imperador Frederico Barbarruiva (1152-1190) realizou várias campanhas com intuito de retomar o controle do chamado *Regnum Italicum*, jurídica e militarmente, objetivando alianças com poderosos locais. Ao mesmo tempo, o papado - que desde o período carolíngio detinha territórios na Itália central - expedia bulas que regulavam a posse das terras e, em contrapartida, recebia juramentos de fidelidade dos senhores que administravam os territórios pontifícios, como no caso do reino da Sicília. Em meio a essa disputa, de maneira geral o movimento comunal tomou força ao norte, enquanto o imperador obteve maiores sucessos no sul. As cidades que não se submetiam ao poder de Frederico I se voltavam para si mesmas em políticas particularistas. Em decorrência desses embates que se davam em inúmeros enfrentamentos armados, a situação política das cidades peninsulares era muito instável e irregular. Necessitadas de bases teóricas para sua legitimação e de modelos para a vida política, elas encontravam e elaboravam esses instrumentos nas escolas cívicas das grandes cidades da península. Além disso, alinhando-se ao papado como forma de fazer frente ao império, essas comunas passaram a ser influenciadas em sua vida política por uma instância de poder que se apoiava nas produções intelectuais dos *studia* e, a partir do século XIII, nos conventos das Ordens Mendicantes - sobretudo as dos frades Pregadores e dos frades Menores (GILLI,

¹ Todas as traduções, tanto do latim da *Laudatio Florentine urbis* e da *Chronica Civitatis Ianuensis* quanto do inglês, italiano, espanhol e francês das obras historiográficas, são de nossa autoria.

2011, p. 23-27; SKINNER, 2002a, p. 27-35).

Sob essas formas de governo comunal, as cidades italianas estabeleceram novos tipos de relações sociais que contribuíram para moldar uma cultura do cidadão pautada em lições de urbanidade e educação política (GILLI, 2011, p. 351). A construção de uma identidade urbana e uma consciência cívica – que deveria legitimar a substituição de antigas e legítimas jurisdições episcopais e condaís por novas instituições que se apoiavam nas novas relações de forças políticas e sociais que agora se faziam presentes nas cidades – se deu em grande medida por meio de crônicas, epigrafia, pintura comunal e até mesmo culto de santos que exaltavam a cidade como uma organização política particular. Nesse processo de construção de uma ideologia da comuna, o ato de narrar a história das cidades desempenhou um papel fundamental. O recurso ao discurso histórico – seja em uma crônica, obras historiográficas de diversos gêneros ou até mesmo em obras panegíricas – era uma das fontes que fornecia a força ideológica para a emancipação das cidades. Por meio de crônicas, muitos autores criavam e recriavam o passado livre de suas cidades e assim justificavam sua não subordinação a nenhum poder exterior. Mais do que isso, a história ofereceria modelos de conduta que visavam a transformação do espaço público: ao longo do século XIII, o relato histórico tornou-se um elemento maior da consciência urbana, pois os autores muitas vezes marcados pelas dilacerações internas e externas insistiam na necessidade da paz cívica e do respeito às instituições. O momento de redação da história da cidade, portanto, se apresentava como uma propícia ocasião de colocar em cena eventos traumáticos para a comuna; propor diretrizes e soluções para os problemas enfrentados pelas cidades; e exaltá-la por diversos motivos (GILLI, 2011, p. 367-368). No caso de obras panegíricas, o historiador Quentin Skinner afirma que essas, uma vez voltadas para expressão da grandeza das cidades ou os sinais dessa, manifestavam o principal objetivo de vários autores políticos desse século: conquistar grandeza de autoridade, de poder e de riquezas (SKINNER, 2002b, p. 20).

Além disso, é importante notar que existiram poucas crônicas que foram propriamente oficiais, ou seja, reconhecidas e/ou encomendadas pelo governo da cidade – sendo a maioria das inumeráveis crônicas urbanas (laicas ou eclesiásticas) produções privadas.² Essa constatação demonstra que a formação de uma ideologia comunal não se dava apenas por parte dos órgãos da administração pública da cidade, mas era motivada e

² A primeira dessas crônicas que foram oficialmente reconhecidas por uma comuna foram os *Annales Ianuenses* do ex-cônsul genovês Caffaro di Rustico da Caschifellone. Cobrindo cinquenta anos da história genovesa, os anais foram apresentados ao conselho da cidade em 1152 e obtiveram aprovação imediata. Eles foram transcritos e continuados por vários notários públicos até o ano de 1293. Para os *Annales Ianuensis*, cf. BELGRANO, 1890.

gerada principalmente pelos próprios cidadãos como uma criação de origem privada que, mesmo assim, tinha toda a comunidade política em seu horizonte. Desse modo, no interior desse movimento de construção de uma consciência cívica, mesmo que a maioria das crônicas não gozassem de uma oficialidade que lhes conferissem valor jurídico de documento autêntico, a finalidade educativa e/ou o caráter político delas não se fazia(m) ausente(s) (GILLI, 2011, p. 368).

A *função cívica* atrelada à historiografia, ou seja, o caráter público do *monumento literário*, permaneceu presente no seio das produções comunais escritas até pelo menos o século XV. Dentre os trabalhos de maior relevo desse tipo de literatura no século XV está a *Laudatio Florentine urbis* (*Elogio da cidade de Florença*) do aretino Leonardo Bruni (BRUNI, 1996) que, segundo Skinner (após afirmar a consonância de interesses entre obras políticas e panegíricas), é “sem dúvida o trabalho mais celebrado nesse gênero, [...] um trabalho tardio, composto entre 1403-4 no mais alto estilo humanista” (SKINNER, 2002b, p. 20).³ Apesar da *Laudatio* não ser uma obra de historiografia propriamente dita, o recurso ao histórico perpassa por todo o texto e é ele que dá o tom de toda a narrativa.⁴ Tendo sempre em mente os aspectos apontados nessa brevíssima reflexão sobre o recurso à história das cidades feito costumeiramente nas comunas italianas ao longo de todos esses séculos, o objetivo desse trabalho é o de explorar as referências que Bruni fez sobre a fundação da cidade de Florença em sua obra supracitada e refletir sobre o uso político que o autor fez desse tema. Para tanto, antes de abordar o texto de Bruni, convém estabelecer uma reflexão teórica que embasará a leitura da *Laudatio*.

A Fundação de Cidades e a Autoridade

Para tratar a respeito da forma com que Bruni realizou a sua narração, observações e recurso sobre a fundação da cidade de Florença na *Laudatio Florentine urbis* com objetivos políticos, é oportuno que se remeta ao conceito antigo de *autoridade* que está intimamente ligado à fundação de Roma como vista pelos próprios autores da antiguidade.

Segundo um estudo de Hannah Arendt (1961, p. 91-142), a autoridade foi elemento constituidor da política do Ocidente até o surgimento do mundo moderno e, por isso, é importante que esse conceito seja tomado em consideração nessa presente análise.

³ “By far the most celebrated contribution to this genre, Leonardo Bruni’s *Laudatio Florentinae Urbis*, is a much later work, composed in 1403-4 in the highest humanist style”.

⁴ O próprio Bruni, defendendo a *Laudatio* anos após sua escrita, teria admitido a natureza subjetiva da seleção e apresentação dos fatos nessa obra. Essa diferenciação será apresentada, posteriormente, no corpo do texto.

Primeiramente, é necessário que se faça duas distinções primordiais a respeito da autoridade: segundo a filósofa alemã, ela não pode ser confundida com poder ou violência; e ela não atua como uma ação de convencimento. Quanto à primeira distinção, a confusão entre os conceitos talvez seja recorrente pelo fato de que a autoridade pressupõe obediência, porém, conforme Arendt afirma, “a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou” (ARENDR, 1961, p. 93).⁵ Quanto à diferenciação entre autoridade e poder, é Cícero quem a oferece quando afirma que “enquanto o poder reside no povo, a autoridade repousa no Senado”.⁶ Sendo assim, a autoridade na verdade se mostraria como sendo uma espécie de conselho que se faz escutado sem recorrer à forma da ordem ou à coerção externa (ARENDR, 1961, p. 123). Quanto à segunda diferenciação, Arendt ainda acrescenta que a autoridade “é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera por meio de um processo de argumentação. Onde se utilizam argumentos, a autoridade é colocada em suspenso” (ARENDR, 1961, p. 93).⁷ A partir dessas colocações, percebe-se que autoridade pressupõe obediência, uma hierarquia - portanto uma desigualdade⁸ - e deve ser definida em contraposição à coerção por meio da força e à persuasão por meio de argumentos (ARENDR, 1961, p. 93). Ou seja, a autoridade não é poder, mas é algo que se impõe sem violência e sem a necessidade de um convencimento: é aquilo que é aceito.

Posto isso, qual é então a relação entre autoridade e a fundação de Roma? Para responder essa pergunta é preciso que se destaque que a palavra e o conceito, em sua origem romana, têm sua principal base no passado. Segundo o entendimento romano de autoridade política, a fonte de toda ela encontra-se unicamente no passado, mais especificamente no ato de fundação de Roma e na grandeza de seus antepassados (ARENDR, 1961, p. 98). Os homens dotados de autoridade no presente (dos romanos antigos), portanto, seriam os anciões, também chamados de *patres*, que compunham o

⁵ “*Yet authority precludes the use of external means of coercion; where force is used, authority itself has failed*”.

⁶ “*Cum potestas in populo auctoritas in senatu sit*”. CÍCERO. *De legibus*. III, 28. Arquivo digital disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/cicero/leg3.shtml#28>>. Acesso: 15 de setembro de 2015.

⁷ “*Authority, on the other hand, is incompatible with persuasion, which presupposes equality and works through a process of argumentation. Where arguments are used, authority is left in abeyance*”.

⁸ Sobre isso, Arendt afirma: “a relação autoritária entre o que comanda e o que obedece não se assenta nem na razão comum nem no poder do que comanda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável predeterminado” [“*The authoritarian relation between the one who commands and the one who obeys rests neither on common reason nor on the power of the one who commands; what they have in common is the hierarchy itself, whose rightness and legitimacy both recognize and where both have their predetermined stable place*”] (ARENDR, 1961, p. 129).

Senado e os quais haviam obtido por descendência e transmissão⁹ a autoridade daqueles que fundaram todas as coisas futuras - ou seja, os antepassados chamados pelos romanos de *maiores*.¹⁰ Os homens mais velhos possuiriam a autoridade por estarem mais próximos dos ancestrais, terem vivido em um tempo mais imediato ao dos antigos fundadores (ARENDDT, 1961, p. 123). “A autoridade dos vivos era sempre derivativa, dependendo dos *auctores imperii Romani conditoresque* [...] da autoridade dos fundadores que não mais estavam entres os vivos” (ARENDDT, 1961, p. 122).¹¹ Quanto à etimologia da palavra *auctoritas*, essa se encontra no verbo *augere*, que significa aumentar. Assim, o que esses homens considerados *patres* aumentavam era justamente a fundação da própria Roma (ARENDDT, 1961, p. 121-122). Arendt afirma que

No âmago da política romana, desde o início da República até virtualmente o fim da era imperial, encontra-se a convicção da sacralidade da fundação, no sentido de que uma vez alguma coisa tenha sido fundada ela permanece obrigatoriamente para todas as gerações futuras. Engajar-se na política significava, antes de mais nada, preservar a fundação da cidade de Roma. É por isso que os romanos foram incapazes de repetir a fundação de sua primeira *polis* na instalação de colônias, mas foram capazes de adicionar à fundação original até que toda a Itália e, por fim, todo o mundo ocidental estivesse unido e administrado por Roma, como se o mundo inteiro não passasse do interior romano (ARENDDT, 1961, p. 120).¹²

Em linhas gerais, portanto, toda a autoridade derivava diretamente do ato de fundação de Roma por seus antepassados. Em uma sociedade como a romana em que os atos dos grandes homens do passado representavam o modelo de grandeza a ser seguido pelos descendentes desses, a autoridade adquiriu caráter educacional (ARENDDT, 1961, p. 119). Isso formava uma tradição (*traditio*) que santificava o passado, pois era ela que preservava e levava aos homens do presente a memória dos antepassados e da fundação.

⁹ Transmissão por *tradição* que, em latim, é dito *traditio* e tem sua origem no verbo *trado* que, por sua vez, possui o significado de 'entregar, ceder, fazer passar a'.

¹⁰ Quanto à terminologia de *maiores* para indicar os antepassados ou ancestrais, Bruni emprega esse termo precisamente nesse sentido em sua *Ladatio*. Cf. notas 35 e 37.

¹¹ “The authority of the living was always derivative, depending upon the *auctores imperii Romani conditoresque*, as Pliny puts it, upon the authority of the founders, who no longer were among the living”.

¹² “At the heart of Roman politics, from the beginning of the republic until virtually the end of the imperial era, stands the conviction of the sacredness of foundation, in the sense that once something has been founded it remains binding for all future generations. To be engaged in politics meant first and foremost to preserve the founding of the city of Rome. This is why the Romans were unable to repeat the founding of their first polis in the settlement of colonies but were capable of adding to the original foundation until the whole of Italy and, eventually, the whole of the Western world were united and administered by Rome, as though the whole world were nothing but Roman hinterland”.

“Enquanto essa tradição fosse ininterrupta, a autoridade estaria inviolada” (ARENDDT, 1961, p. 124).¹³ Seguir o exemplo dos ancestrais seria, portanto, preservação e manifestação de autoridade no presente.

Após essa breve discussão conceitual, passa-se agora para a análise da situação político-social de Florença no final do século XIV e início do XV e do texto da *Laudatio Florentini urbis* de Leonardo Bruni.

Leonardo Bruni, Florença e a *Laudatio Florentine urbis*

Nascido em 1369 na cidade de Arezzo, por volta dos vinte anos Bruni estudou direito, retórica e grego em Florença. Nenhum testemunho de sua parte ou de seus contemporâneos, se é que existiram, sobreviveu dessa época de estudos. Bruni deixou essa cidade em 1406 quando assumiu o cargo de *secretarius apostolicus*, posto que manteve por nove anos. Após essa empreitada, retornou à Florença – tornando-se cidadão dessa cidade – e em 1427 passou a servir à administração da comuna na qualidade de chanceler, ocupação que desempenhou até a data de sua morte em 1444 (BARON, 1966, p. 85, 246-247, 249; SKINNER, 2002b, p. 72).¹⁴

Escrita durante uma época de manifesto patriotismo em Florença, entre a segunda metade de 1403 e a de 1404, a *Laudatio Florentine urbis* foi a principal obra do gênero dessa época, tendo sido ela a abrir o caminho para manifestações em prol da cidade (VITI *apud* BRUNI, 1996, p. 565; SKINNER, 2002b, p. 128). Além de ser um elogio à comuna que a exalta em aspectos materiais (grandeza de riqueza e esplendor arquitetônico)¹⁵, essa obra é também uma reconsideração de sua história que tem por objetivo a projeção política de Florença ao reivindicar o posto primeiro e privilegiado dentre todas as outras cidades da Itália (ou até mesmo do mundo) e afirmar sua liberdade. Obviamente, como observa Paolo Viti, a Florença que se encontra representada nas páginas da *Laudatio* é uma cidade ideal e idealizada (VITI *apud* BRUNI, 1996, p. 567). Bruni demonstra nessa obra um otimismo excessivo, omitindo qualquer relato que indique a sobrevivência de antagonismos e facções na comuna – chegando até afirmar o contrário, que não existiam lutas facciosas em Florença (SKINNER, 2002a, p. 73; NAJEMY, 2006, p. 203). No entanto, apesar de todas essas características, era essa a imagem a mais adequada da cidade para o intuito político de engrandecimento da comuna.

¹³ “As long as this tradition was uninterrupted, authority was inviolate”.

¹⁴ Segundo Baron, foi em março de 1405 que Bruni se tornou secretário papal.

¹⁵ Bruni toma como modelo a obra *Panathenaicus*, do grego Aelius Aristides, do século II d.C. (IANZITI, 2012, p. 95).

Esse propósito de projeção política da cidade, segundo alguns historiadores - principalmente a partir de Hans Baron e o seu livro *The Crisis of the Early Italian Renaissance* - se deu particularmente devido ao fim da ameaça externa do poder senhorial de Milão (BURANELLO, 1995, p. 18; IANZITI, 2012, p. 95; NAJEMY, 2006, p. 197-198). Prestes a estabelecer seu domínio sobre a região centro-setentrional da Península Itálica, o duque Giangaleazzo Visconti, senhor da cidade, foi abatido por uma peste e faleceu no dia 3 de setembro de 1402. Com isso, Florença não encontraria mais nenhum obstáculo para seu expansionismo (IANZITI, 2012, p. 95; NAJEMY, 2006, p. 194). Segundo John Najemy, desde o início da década de 1380 - a partir da gradual transformação de um republicanismo baseado nas estruturas do Corporações de Ofício em regimes de consenso sob a liderança de uma elite¹⁶ - Florença expandiu, como nunca antes, seu domínio sobre a Toscana: no sudeste, tomou poder sobre Arezzo em 1384 e posteriormente sobre Urbino; nos dois anos seguintes, estendeu sua influência, ao nordeste, sobre Bolonha e Pádua; e, no final da década, buscou influenciar uma mudança de regime em Montepulciano, cidade ao sul que se encontrava sob o domínio de Siena. Assim, Florença passou a desempenhar um papel decisivo como um poder tanto territorial quanto militar: entre 1390 e 1454 a cidade esteve quase que permanentemente em estado de guerra. Pouco antes do início desse período, mais especificamente a partir do final da década de 1380, Giangaleazzo Visconti, que já havia estendido seu domínio à Pádua, voltou-se para o sul e começou a estabelecer negociações com pequenas cidades que temiam o poder de Florença. Em 1389 o duque e a cidade de Siena começaram uma aliança de dez anos e, no ano seguinte, a guerra com Florença então teve início. Cerca de dez anos depois, o duque havia estabelecido controle sobre considerável parte da Toscana e da Úmbria, dominando cidades como Pisa, Siena, Grosseto, Perugia, Cortona, Chiusi, Spoleto, Assis e Lucca. Em 30 de junho de 1402, Bolonha, a única cidade que ainda permanecia ao lado de Florença, foi então tomada por Giangaleazzo, que morreria cerca de um mês depois. A guerra persistiu até que, um ano após a morte do duque, ficou claro para os florentinos que o império dos Visconti estava desmoronando sem seu líder e que essa ameaça externa estava, de fato, terminada (NAJEMY, 2006, p. 188-189; 193-194, 195). Ou seja, ao tomar em consideração todas essas informações, constata-se que a *Laudatio* foi composta no momento imediato aos desaparecimento do primeiro grande obstáculo à expansão externa do poder de um regime de elite que, duas décadas antes, havia suprimido internamente o controle político das

¹⁶ Mais especificamente a partir de Janeiro de 1382 quando a elite, teoricamente guelfa (partido papal, aposto ao partido filo-imperial denominado gibelino), derrubou o mais radical governo das corporações de ofício, no poder desde setembro de 1378 (NAJEMY, 2006, p. 156; 171-187).

corporações de ofício (IANZITI, 2012, p. 95).

Segundo Najemy, a guerra - tanto a feita contra o poder de Milão quanto as que se estenderam até meados do século XV - acarretava para a sociedade florentina (mas principalmente para seu governo e seus apoiadores) a necessidade de justificar a sua importância. Não havia consenso sobre a necessidade e/ou benefícios dela. A oposição à essas empresas dava-se especialmente por parte da comunidade que compunha as corporações de ofício e mercadores não pertencentes à elite; por outro lado, por meio de empréstimos ao poder público, eram as próprias famílias de elite que mantinham a guerra ao mesmo tempo em que se tornavam mais poderosas. A sociedade florentina estava dividida e não bastava buscar eliminar divisões entre os cidadãos por meio de repressões legais às oposições à oficial política de guerra. Era preciso influenciar a opinião pública (NAJEMY, 2006, p. 188-190). Conforme aponta Najemy, o regime de elite que se instalou em 1382 substituiu o anterior republicanismo que buscava conjugar os diferentes interesses das corporações por uma ideologia de liderança paternalista e de consenso - que pressupõe um conjunto de ideias sobre unidade, ausência de conflito social, inadmissibilidade de dissidência e o obediente consentimento de bons cidadãos na liderança da elite (NAJEMY, 2006, p. 182).¹⁷ Mais do que isso, os protagonistas da vida política florentina

geraram uma ideologia patriótica combinando uma celebração da dominação de Florença da Toscana com um auto-atribuído dever de defender a liberdade [...] Para muitos florentinos dessa época, humanistas e outros, liberdade e domínio territorial estavam conectados como causa e efeito: porque a liberdade somente pode sobreviver em um ambiente compatível, argumentaram eles, pessoas amantes da liberdade que lutam por sua própria devem também proteger a de seus vizinhos (NAJEMY, 2006, p. 188; 198).¹⁸

Nesse sentido, uma vez inserido nesse cenário político-social, o que Bruni faz ao representar uma Florença idealizada em sua *Laudatio* é uma (re)consideração da própria sociedade florentina que visa fornecer um sentido àquela comunidade, suas ações, bem

¹⁷ Além desse conjunto de ideias, na prática política hodierna essa política de consenso consistia em designar grande parte dos cargos oficiais às principais figuras das corporações, mas sem que, com isso, de fato compartilhassem do poder político na cidade (NAJEMY, 2006, p. 182).

¹⁸ “[...] generated a patriotic ideology combining a celebration of Florence’s domination of Tuscany with its self-assigned duty to defend republican liberty [...] For many Florentines of this generation, humanists and others, liberty and territorial dominion were linked as cause and effect: because liberty can only survive in a compatible environment, they reasoned, freedom-loving peoples who fight for their own liberty must also protect that of their neighbors”.

como à sua história. O autor constrói certa representação da cidade como forma de engrandecê-la frente à forças externas, oposições internas e que exalte seu poder e liberdade: o aretino busca conferir, de fato, forma a essa sociedade. E, para tanto, um dos principais recursos empregados por Leonardo Bruni foi a abordagem da história da origem do povo de Florença e da fundação da cidade.

A Fundação de Florença na *Laudatio Florentine urbis*

Ao se investigar a *Laudatio*, as passagens sobre a fundação de Florença aparecem somente depois de razoável avanço do texto.¹⁹ Bruni inicia o tema por meio de recursos retóricos e coloca as seguintes perguntas: “de onde, então, teve origem esse povo? Quem foram os seus progenitores? De quais mortais foi fundada essa nobre cidade?” (BRUNI, 1996, p. 596).²⁰ Logo em seguida, o aretino oferece as respostas que, além de esclarecerem as origens do povo de Florença, exaltam-na frente a qualquer outro povo:

Conhecei, homens florentino, conhecei a vossa estirpe e progenitura! Considerai o quanto sois os mais ilustres de todos os povos! Todos os outros povos têm, como progenitores [*auctores*] ou refugiados ou exilados de sua pátria sede, ou camponeses, ou forasteiros obscuros e incertos. De vós, contudo, é progenitor [*auctor*] o povo romano, vitorioso e senhor do mundo inteiro (BRUNI, 1996, p. 596)²¹

Nesse trecho, é importante notar o uso da palavra *auctor*. Conforme demonstra Hannah Arendt, esse termo - que foi traduzido por *progenitor* na passagem supracitada, mas que poderia certamente ser traduzido por *autor* - designa justamente o detentor da autoridade. Seguindo o pensamento de Plínio, Arendt afirma que a palavra se coloca como antônimo de *artifex* (artífice). Enquanto o último somente faz, executa, o *auctor* é aquele

¹⁹ Na edição da *Laudatio* utilizada nesse trabalho (BRUNI, 1996, p. 568-647), o tema da fundação aparece pela primeira vez na página 596. Além disso, é importante salientar que a maioria das referências à fundação de Florença é feita na primeira parte do texto, até a página 610 - após isso, são identificadas somente breves referências apenas nas páginas 622, 630 e 632. No entanto, nota-se que o assunto tratado entre as páginas 568 e 610 não discorrem sobre a história da cidade, mas sobre sua localização (sem fazer referência à fundação), edifícios e adornos da cidade. Ou seja, todo argumento histórico mobilizado no texto para a exaltação da cidade tem como ponto de partida e quase constante referimento a fundação de Florença. Para uma melhor compreensão da extensão do texto, destaca-se que as páginas de numeração par correspondem ao texto latino original, enquanto as de numeração ímpar são em italiano.

²⁰ “Unde igitur huic populo genus est? Qui fuerunt eius parentis? A quibus mortalibus hec inclita urbas fundata est? ”.

²¹ “Cognoscite, viri florentini, cognoscite stirpem ac prosapiam vestram! Reputate quam omnium gentium sitis clarissimi! Ceteri enim populi aut profugos aut extorres patriis sedibus aut agrestes aut convenas obscuros atque incertos habent auctores. Vobis autem populus romanus, orbis terrarum victor dominusque, est auctor”.

que inspira a criação e, por isso, é quem se encontra representado na própria criação. “Ele é o verdadeiro 'autor' do edifício, vale dizer seu fundador; com isso ele tornou-se o aumentador da cidade” (ARENDDT, 1961, p. 122).²² Visto que a fonte de autoridade de todas as outras cidades foram homens refugiados, exilados de sua pátria sede, camponeses e forasteiros obscuros e incertos, seguindo essa linha de raciocínio o que Brunni faz nesse trecho é afirmar que foram precisamente os valores do exílio, da não-urbanidade, da obscuridade e da incerteza que esses *auctores* aumentaram quando fundaram novas cidades. Por outro lado, Florença teria como *progenitores* o povo romano, vitorioso e senhor de todo o mundo. Ao fundarem Florença, o que esses *auctores* fizeram, portanto, foi aumentar a fundação de Roma, aumentar o seu domínio sobre toda a Terra ao expandir suas qualidades. Como obra do *auctor* povo romano, no século XV e em tempos passados seria na própria Florença que esses antigos estariam representados. Detentores por tradição da autoridade desses *auctores*, os florentinos não poderiam senão preservar e aumentar essa fundação; preservar e aumentar esse senhorio sobre o mundo.

Após esse trecho, Brunni segue com exaltações ao povo romano ao afirmar que de Roma tem-se os mais numerosos exemplos de virtudes²³ para, finalmente, afirmar abertamente a hereditariedade que corre do povo romano em direção ao florentino. O autor trata primeiramente da herança de bens. Ele escreve o seguinte: “Por isso, também a vós, homens florentinos, compete, por um direito hereditário, o domínio sobre todo o mundo, como posse de bens paternos”.²⁴ Sendo o mundo seu por direito, atesta o aretino, todas as guerras feitas pelos florentinos seriam justas, pois eles estariam tão somente defendendo ou recuperado o território que legitimamente lhes pertence:

Disso deriva, também, que todas as guerras que são feitas pelo povo florentino são justíssimas, e que esse povo ao conduzir uma guerra não pode agir sem justiça, pois todas as guerras são feitas ou por defesa ou para recuperação de seus bens; e esses dois tipos de guerra são permitidas por todas as leis e todos os direitos (BRUNNI, 1996, p. 598).²⁵

²² “[...] he is the actual 'author' of the building, namely its founder; with it he has become an 'augmenter' of the city”.

²³ “*Que gens in toto orbe clarior, que potentior, que omni genere virtutis prestantior populo romano unquam fuit? [...] plura ex illa una urbe extant virtutis exempla*”. [“Que nação é mais famosa no mundo todo, mais poderosa, mais excelente em todo o tipo de virtude quanto o povo romano já foi? Daquela cidade (Roma) temos numeroso exemplos de virtudes”] (BRUNNI, 1996, p. 596, 598).

²⁴ “*Quamobrem ad vos quoque, viri florentini, dominium orbis terrarum iure hereditario ceu paternarum rerum possessio pertinet*” (BRUNNI, 1996, p. 598).

²⁵ “*Ex quo etiam illud fit, ut omnia bella que a populo florentino geruntur iustissima sint, nec possit hisc populus in gerendis bellis iustitia carere, cum omnia bella pro suarum rerum vel defensione vel recuperatione gerat necesse est, que duo bellorum genera omnes leges omniaque iura permittunt*”.

Ao considerar essas duas primeiras passagens nas quais Bruni faz referência à fundação de Florença é possível notar que o ponto de inflexão da argumentação do aretino em ambas é a dominação territorial: o povo romano era senhor do mundo e assim deveria ser o florentino, pois ele deveria preservar e aumentar aquilo que uma vez foi instituído por seu *auctor*. Ao se considerar essas colocações junto às informações sobre o cenário político-social no período em que a *Laudatio* foi escrita, é possível identificar aqui a defesa da expansão do poder de Florença sobre os povos vizinhos, o que a partir de meados de 1402 se tornou possível com o fim da supremacia dos Visconti. Nesse sentido, Giangaleazzo, duque de Milão, seria um entrave na história e para futuro do povo florentino por obstruir a *tradição* que os ligava aos romanos antigos; por prejudicar a preservação e manifestação de autoridade dos fundadores no presente do final do século XIV e início do XV; e impedir que os florentinos fossem senhores do mundo.

Todavia, é preciso que seja declarado, não é somente a herança de todos os territórios do mundo que compete aos florentinos, mas também a de valores. Sobre isso, Bruni atesta

que se a glória dos pais, a sua nobreza, virtude, grandeza, magnificência renderam ilustres também os filhos, não há ninguém no mundo todo que se possa antepor à dignidade dos florentinos, do momento em que esses são nascidos dos progenitores que em todos os motivos de louvor superaram de grande medida todos os mortais (BRUNI, 1996, p. 598).²⁶

Assim como para os romanos o momento da fundação de sua cidade era sagrado, o momento da fundação de Florença exerce sobre a obra de Bruni um enorme peso que traça o próprio percurso histórico esplendoroso da cidade em sua *Laudatio*. No entanto, além da fundação em si, interessa veementemente para o autor o *quando* se deu essa ação. Bruni afirma:

Mas em que tempo a estirpe dos florentinos é derivada dos romanos? Penso que essa questão seja uma coisa muito importante, porque daquilo que se diz das sucessões dos reis se observa que justamente se chama de filho de rei o que é nascido no tempo em que seu pai possuía a dignidade real; aqueles que do contrário são nascidos antes ou depois não são

²⁶ “Quod si parentum gloria, nobilitas, virtus, amplitudo, magnificentia filios quoque illustrat, nihil est in toto orbe quod Florentinorum dignitati possit preferri, quandoquidem ex huiusmodi parentibus nati sunt qui omni genere laudis cunctos mortales longissime antecellunt”.

considerado filhos do rei, não podem ter a sucessão do reino paterno (BRUNI, 1996, p. 598-600).²⁷

Voltar a atenção para esse trecho é de suma importância devido ao fato de que o autor estipula em sua obra uma divisão da história de Roma na qual o período da República é tomado como de muito esplendor e digno de respeito e admiração, enquanto o do Império é severamente censurado por sua tirania. Sobre a era imperial, Bruni tece julgamentos negativos a ela ao longo de todo o texto. Em certa parte, o autor se refere aos seus governantes com grande exprobração: “os Césares, Antônio, Tibério, Nero, peste e destruição da república” (BRUNI, 1996, p. 600)²⁸; em outra, após tratar da crueldade dos imperadores, especialmente Calígula, o aretino faz uso da eloquência retórica para colocar sua crítica:

Acaso são esses os imperadores, esses os magníficos Césares que alguns julgam digno de louvor? Que infame são esses, que monstros de homens! Quem se surpreenderá, depois dessas coisas, se essa cidade [Roma] conceber tanto ódio, até hoje, a essas partes [gibelinos]? (BRUNI, 1996, p. 602).²⁹

Destarte, faria uma diferença essencial Florença ter sido fundada sob a República ou sob o Império, pois isso determinaria a natureza mesma da cidade. Sem entrar no mérito propriamente dito sobre o momento histórico de fato da fundação da cidade, o que interessa a esse estudo é que Bruni, acertadamente ou não, coloca a fundação de Florença como um ato da República Romana:

²⁷ “*At quo in tempore Florentinorum gens a Romanis est orta? Hoc enim plurimum arbitor referre, quod et in regiis sucessionibus observati aiunt ut is tandem regis filius recte appeletur qui in eu tempore natus sit quo eius parens regiam habuerit dignitatem; qui autem vel postea nati sunt, eos neque regis filios esse nec in regno paterno sucessionem habere*”. É interessante notar nesse trecho o uso da referência ao processo de sucessão dinástica (ou à forma monárquica de governo) feita por Bruni para se referir à Florença como sucessora de Roma. A Roma a qual ele presta tributo e da qual ele afirma ser a fundadora e fonte de autoridade de Florença é a Republicana e não a Monárquica, como será visto no corpo do texto. Da mesma forma, a Florença sobre a qual e na qual ele escreve é, pelo menos teoricamente (pois, como visto, desde 1382 o governo estava restrito a uma elite), uma república. E, assim sendo, deve ter como seus principais baluartes a afirmação de sua liberdade, ou seja, a não subordinação a nenhuma autoridade externa à cidade, seja o papa ou o império, e a rotatividade nos cargos da administração pública para impedir, especificamente, que uma só pessoa ou grupo detenha o poder na cidade - de modo que esse permaneça sempre com o conjunto dos cidadãos. Há, portanto, uma espécie de paradoxo argumentativo da parte de Bruni. Ora, é no mínimo estranho sua recorrência a uma realidade monárquica para fundamentar a autoridade de uma república.

²⁸ “*Cesares, Antonii, Tiberii, Nerones, pestes atque exitia rei publice, libertatem sustulerant*”.

²⁹ “*Hicine imperatores, hi preclari Cesares, quos non nulli homines laudandos putant! Que flagitia sunt hec, que monstra hominum! Pro quibus quidem rebus quis mirabitur si hec civitas tantum odii adversus eas partes concepit ut etiam ad hec tempora conservet?*”.

essa esplendorosíssima colônia dos romanos foi fundada sobretudo no período em que o império do povo romano estava em sua condição mais próspera, em que potentíssimos reis e belicosíssimos homens eram domados com as armas e com valores [...] essa colônia foi fundada em um tempo em que a cidade de Roma florescia em poder, liberdade, engenho e esplendorosos cidadãos [...] de modo que é de grande interesse se a colônia foi fundada em momento sucessivo, quando toda a virtude e nobreza da cidade de Roma havia sido extirpada, de modo que aqueles que emigraram dela não poderiam portar consigo nada de esplêndido e de nobre [...] Em verdade, do momento em que Florença possui tais fundadores [*auctores*], aos quais obedeceram tudo que há no mundo, domado por sua virtude e por suas armas, e do momento em que foi fundada em um tempo em que o povo romano livre e incólume florescia ao máximo por poder, nobreza, virtude e engenho, certamente ninguém poderá duvidar que essa única cidade não apenas se sobressai por sua beleza, por seu ornamento e por sua favorável posição, como podemos ver, mas também muitíssimo por sua dignidade e nobreza de sua gente (BRUNI, 1996, p. 600, 606, 608).³⁰

Logo após a fundação dessa cidade, todavia, a liberdade da República Romana teria sido suprimida pelos “mais perversos ladrões” (BRUNI, 1996, p. 600).³¹ Sendo então Florença fundada pela República Romana, o que o autor atesta ao fazer essas considerações é a continuidade em Florença de todas as virtudes antes encontradas na República: “Mas pensando que quanto mais ilustre era o lugar de qual nascera, tanto maior seria o que se exigiria deles [florentinos], assim imitaram os seus *auctores* em todos os gêneros de virtude que, a juízo de todos, não se apresenta como indigna de tanto nome e de tanta sucessão” (BRUNI, 1996, p. 606, 608).³² Com isso, essa cidade seria capaz de, no século

³⁰ “*Hec igitur splendidissima Romanorum colonia eu maxime tempore deducta est quo populi romani imperium maxime florebat, quo potentissimo reges et bellicosissime gentes armis ac virtute domite erant [...] tempore hanc coloniam deductam fuisse quo urbs romana potentia, libertate, ingeniis, clarissimis civibus maxime florebat [...] ut plurimum intersit tunc an inferiori tempore colonia hec fuerit deducta, cum ita iam omnis virtus ac nobilitas romane urbis extirpata erat ut nihil preclarum neque egregium qui ex ea migrabant secum possent effere [...] Nunc vero, cum Florentia eiusmodi habeat auctores, quibus omnia que ubique sunt virtute atque armis domita paruenrint, et cum eu tempore deducta sit quo populus romanus liber atque incolumis potentia, noblitate, virtute, ingeniis maxime florebat, a nulllo profecto dubitari potest, quin hec una urbs non solum pulchritudine et ornatu et opportunitate loci, ut videmus, sed etiam dignitate et noblitate generis plurimum prestat*”.

³¹ “[...] *non multo post hanc coloniam deductam, a sceleratissimis latronibus [libertatem] sublata est*” [“Não muito depois que essa colônia foi fundada, ela (liberdade) foi suprimida pelos mais perversos ladrões”].

³² “*Sed, quanto clariori loco nata esset, tanto maiora a se exigi ac postulari putans, ita auctores suos omni genre virtutis imitata est ut omnium iudicio haud indignam se prestiterit tanto nomine tantaque successione*”.

XV, ainda preservar tudo que uma vez a República Romana fundou. Segundo Skinner, o mais influente tema da *Laudatio* é a afirmação de que “a grandeza de Florença é tomada como fruto de sua *libertas*, o resultado de sua apreciação de um modo de vida livre” (SKINNER, 2002b, p. 129).³³ No entanto, como foi demonstrado, o domínio e liberdade de Florença é diretamente dependente do *momento* de sua fundação. Skinner não se engana ao fazer essa afirmação (como será mostrado mais adiante), mas é preciso ir mais a fundo na questão. Visto que a argumentação do aretino se pauta na concepção antiga de autoridade, perceber-se que o poder e liberdade de Florença são, na *Laudatio*, também os resultados de sua fundação em um momento que Bruni considera como sendo o de maior domínio e liberdade do povo romano, é algo inato à cidade.

Além dessa herança de virtudes, é possível identificar na passagem supracitada, mais uma vez, a questão do domínio sobre outros povos. Todavia, agora ela aparece atrelada à liberdade. Durante a república, o *império* romano, ou seja, o poder com que esse povo domava outros, encontrava-se em seu momento de grandeza máxima. Essa supremacia, alcançada por meio de armas e valores, garantia que os romanos fossem livres, que não se submetessem a nenhuma força externa - concepção de liberdade essa que, conforme Skinner, já era apresentada oficialmente pelas comunas desde meados do século XII (SKINNER, 2002a, p. 6). A partir dessa observação, poder-se-ia aventar que com essa passagem Bruni faz, ao mesmo tempo, tanto uma defesa de um projeto expansionista e que garante a liberdade, quanto da forma republicana de governo, pois foi a República Romana, fundadora de Florença, que elevou o domínio sobre outros povos e a liberdade aos seus níveis mais altos. Todavia, é importante ressaltar que ao mencionar os valores e virtudes, Bruni não os especifica, nem os atrela a uma forma republicana de governo. Tendo isso em consideração, pode-se colocar em dúvida uma clara defesa de um governo republicano, uma vez que a fundação da cidade poderia ter sido alocada nesse momento da história romana pelo fato de que foi justamente esse o período de maior dinamismo na expansão do domínio desse povo sobre o mundo - e, conseqüentemente, de maior liberdade na aceção acima apresentada. Não obstante essas observações, o que os indícios apontam é que a confluência entre o processo de expansão de poder e aumento da liberdade é patente nessa passagem.

Florença, então, por ter tido sua fundação em um bom momento, de máximo domínio e liberdade, teve também uma boa herança. No entanto, logo após seu nascimento, como há pouco exposto, a conjuntura a seu redor teria sido modificada e a

³³ “Florence’s greatness is held to be the fruit of her ‘libertas’, the outcome of her enjoyment of a free way of life”.

liberdade extinguida pelo Império Romano. Segundo Bruni, nesse novo cenário a própria Florença passaria a fazer frente à tirania levada à cabo por qualquer outra cidade e a defender todos que vissem sua liberdade colocada em perigo. O autor afirma que

De fato, [Florença] não cessou de combater antes de se apresentar, por assim dizer, como senhora da Itália, e tem acumulado grandeza e glória não permanecendo no ócio nem por meio vilania ou de fraudes, mas com elevação de suas decisões, com assunção dos perigos, com honestidade, com integridade, com a continência e, sobretudo, por tomar para si a causa e a defesa dos mais fracos [...] Parece até que havia sempre pensado fazer o bem para o maior número possível, e então todos poderiam experimentar a sua liberdade, sobretudo aqueles mais necessitados [...] Segue-se que essa vem a ser, em um certo modo, a pátria comum e asilo infalível de toda Itália, à qual todas as partes, quando assim desejam, podem-se refugiar e na qual são acolhidos pelos cidadãos com grandíssima disponibilidade e benevolência [...] Muitas cidades são testemunhas de que encontrando-se oprimidas por conspirações dos vizinhos e da violência dos tiranos, são ajudadas com conselhos, recursos, dinheiro e são conservadas em tempos difficilimos [...] Com essa grandeza de ânimo frequentemente prostrou os sieneses, muitas vezes suprimiu os pisanos, por diversas vezes esmagou inimigos poderosos e tiranos. No entanto, fato excepcional é que enfrentou grandes trabalhos e grandes lutas não tanto em sua utilidade, mas em favor da dos outros. Para tanto, considerou que convinha maximamente à sua grandeza e à sua dignidade se, pelo bem e liberdade dos outros, assumisse os perigos e muitos defendesse com sua proteção [...] Essa cidade não foi singularmente benéfica simplesmente a esta ou aquela cidade, mas ao mesmo tempo à Itália inteira. De fato, julgou ser pequenez de espírito ter solicitude exclusivamente para com as próprias conveniências; contrariamente, seria glorioso se muitos povos pudessem ter e gozar dos frutos do seu trabalho. Animada por tais sentimentos, pela segurança das cidades vizinhas, se empenhou em lutar; e sempre que um tirano vizinho qualquer ou uma potência ávida lançava-se sobre os povos, então se colocava contra ela para deixar claro para todos os mortais que para ela é pátrio lutar pela liberdade da Itália. Mas, mesmo animada por esse sentimento, não logrou seu objetivo senão pela piedosa e justa vontade de Deus que concede muitíssimo favor (BRUNI, 1996, p. 608; 616-

Nessa passagem, a grandeza de Florença, *senhora da Itália*, é abertamente atestada como fruto de seu próprio trabalho, resultado da expansão de seu poder sobre a península que, paradoxalmente, garantiria a liberdade dos todos os territórios sob sua tutela. É por isso que lutar pela liberdade da Itália, segundo afirma Bruni, era considerado pelos florentinos como algo pátrio, pois toda a Itália à sua cidade pertencia. Se as demais cidades italianas estivessem submetidas a qualquer outro poder, esse seguramente deveria ser considerado tirânico, pois ele não teria direito de exercer esse domínio. O elogio à Florença nessa passagem, portanto, está diretamente relacionado à abrangência de seu poder que garante liberdade onde alcança.

Além disso, é importante notar que essa capacidade de defesa de seus vizinhos e de toda Itália provém não somente de suas próprias ações, mas também de sua fundação por Roma: sua origem determina o seu curso histórico. Mais à frente na *Laudatio*, Bruni grafou a seguinte exclamação:

Oh incrível grandeza e virtude dessa cidade! Oh verdadeira gente romana e estirpe 'romulea'! [...] Que coisa maior, que coisa mais esplendida poderia ter cumprido essa cidade, e em qual imprensa poderia ter feito maiormente amostra da virtude de seus ancestrais [*maiorum*], que ela manteve em si, que no ser bem sucedida, com seu empenho e a sua força, ao libertar a Itália do perigo da servidão? (BRUNI, 1996, p. 632).³⁵

³⁴ “*Neque enim prius certare destitit, quam se antistitem quandam Italie prestitit. Eamque amplitudinem atque gloriam adeptam est non sedendo atque oscitando, nec rursus sceleribus accincta et fraudibus, sed magnitudine consilii, susceptione periculorum, fide, integritate, continentia maximeque tenuiorum causa patrocinioque suscepto [...] “Semper enim id quidem mediata videtur ut prodesset quam plurimis omnesque sentirent eius liberalitatem, maxime autem hi qui maxime sentirent [...] Ex quo quidem fit ut hec communis quedam sit patria et totius Italie certissimum asilum, ad quod omnes undique, cum sit opus, confugiunt recipiunturque cum summo incoletium favore summaque benignitate [...] Testes sunt etiam permulte civitates que, cum viciorum conspiratione aut tyrannorum violentia opprimerentur, consilio, opibus, pecuniis, sustentate sunt et difficillimo tempore conservate [...] Hac illa magnitudine animi sepe Senenses prostravit, sepe Pisanos delevit, sepe potentes hostes tyrannosque contrivit. Illud tamen preclarum est, quod magnos labores magnasque dimicationes non tam pro sua quam pro aliorum utilitate suscepit. Hoc enim maxime convenire arbitrata est sue amplitudini sueque dignitati, si pro aliorum salute ac libertate pericula adiret multosque suo patrocinio tutaretur [...] Non enim privatim duntaxat huc vel illi urbi benefica fuit hec civitas, sed universe simul Italie. Angusti quidem animi putavit esse pro suis duntaxat commodis sollicitudinem capere; contra-que illud gloriosum, si suorum laborum fructus complurime sentirent atque caperent gentes. Que cum ita esset animata, pro incolumitate vicinarum urbium se pugilem prestitit, et quotiens vel finitima aliqua tyrannis vel avara potentia populis immineret, ita adversus eam se opposuit, ut cunctis mortalibus palam faceret sibi patriam esse pro libertate Italie dimicare. Neque ipsa quidem ita fuit animata, non autem perfecit, sed pie iusteque voluntati plurimus Dei annuit favor”.* Atentar para o fato de que Bruni atribui, no fim, todos os feitos de Florença à “*piadosa e justa vontade de Deus*” certamente deve pesar em uma reavaliação da dimensão *humanista* atribuída ao autor. Seria oportuno, portanto, um estudo sobre todas as ocorrências e significâncias do termo *Deus* na *Laudatio* tendo em vista averiguar em que medida sua narração está atrelada a uma noção de história na qual Deus é o principal motor dos acontecimentos.

³⁵ “*O incredibilem magnificentiam virtutemque civitatis! O vere romanum genus stirpemque romuleam! [...] Nam quit*

Empenhando-se na defesa da liberdade em todo o território da Península Itálica, e sendo bem sucedida nessas empreitas, segundo Bruni, Florença acabaria por ser reconhecida pelas cidades que foram por ela salvas como autoridade: “certamente, quando uma cidade ajuda a outra nos perigos, é necessário que elas a reconheçam como sua patrona. E àquela que é patrona, quem negará que precede as outras por dignidade, por poder, por empreitadas e por autoridade?” (BRUNI, 1996, p. 618).³⁶ Inicialmente uma expansão da fundação de Roma, Florença agora assumira para si a própria posição antes ocupada por seu *auctor*. No limite, para os intentos panegíricos da obra de Bruni, Florença seria a Roma (simultaneamente a velha e uma nova) do século XV.

Até essa altura do texto, em grande medida o esplendor de Florença exaltado pela *Laudatio* tem sua origem na Roma Republicana, notadamente por seu domínio e liberdade, e foi tratado por Bruni com uma espécie de herança (quase como algo material) passível de ser transmitida – e que segundo o autor de fato foi - de pai (Roma) para filho (Florença). No entanto, nessa parte da obra, Bruni explicita um elemento de grande importância para seu panegírico. Ao receber uma herança paterna, o filho pode dizimá-la, mantê-la nas mesmas condições recebidas ou multiplicá-la. É esse o raciocínio agora aplicado pelo aretino: a grandeza de Florença é indubitavelmente dependente de sua fundação, mas sua manutenção e expansão é de inteira responsabilidade – e conseqüentemente é sua também a glória – dos próprios florentinos. O autor afirma o seguinte:

A dignidade e grandeza dos ancestrais [*maiorum*] ilustram também os filhos somente quando também esses resplandecem pela própria virtude: se, ao invés, são insolentes ou dissolutos, ou degeneram a virtude de outra maneira, o esplendor dos ancestrais [*maiorum*] não somente não cobre os seus vícios, mas descobrem-nos [...] Mas a grandeza dos ancestrais [*maiorum*] beneficia pouco aos degenerados, assim, quando encontra sucessores de animo elevado, subitamente ilumina-se vivamente como por meio de uma luz multiplicada. Cresce a dignidade e a graça; e os homens são elevados ao céu quando em um mesmo lugar se pode ver juntas a virtude própria e a nobreza dos ancestrais [*maiorum*]. E assim é quando vemos o que acontece a essa cidade, da qual são notáveis os gestos esplendidos e muitíssimos e grandíssimos exemplos de virtude, nos quais

potuit maius, quid preclarius hec civitas edere, aut in qua magis re maiorum suorum virtutem in se conservatam ostendere, quam universa Italia suo labore suisque facultatibus a servitutis periculo liberata?”

³⁶ “*Atqui que civitas in periculis alios tutatur, eam fateantur patronam necesse est. Que autem patrona sit, dignitate, potentia, industria, auctoritate precellere quis negabit?”*

é bem fácil reconhecer a gloriosa virtude romana e uma elevada grandeza de ânimo. Por isso, essa cidade é horada pelo esplendor e a nobreza de sua origem, mas ainda mais pela própria virtude e seus próprios atos (BRUNI, 1996, p. 608, 610).³⁷

Ao assim fazer, Bruni acrescenta algo à posição de Florença de simples receptora nessa relação de transmissão - e eventualmente evitando que se pudesse realizar a crítica de que a cidade não possui mérito em sua própria grandeza - e caracteriza-a também como o próprio *auctor* de sua grandeza. Além disso, é importante notar o peso que o autor incumbe a essa característica nessa passagem: a glória de Florença teria como motivo muito mais a sua própria ação que a sua herança - apesar da última ser também fundamental para isso. Em outras palavras, o que o aretino afirma é que nada adiantaria ser filha de Roma se Florença não se elevasse por si mesma. Os próprios romanos antigos agiram em desacordo com os padrões e modelos impostos pelo passado, romperam com a *tradição* que os mantinha unidos à fundação da cidade e os tornava herdeiros e ampliadores da autoridade daqueles que haviam lançado as bases de todas as coisas futuras, seus *auctores*. Florença, por outro lado, teria mantido inviolada essa autoridade, pois soubera preservar e expandir tudo que havia recebido como herança no momento em que foi fundada pela República Romana - ela manteve suas posses materiais, conservou e aumentou seus valores, domínio e liberdade.

Roma como Origem

Após essas análises do texto da *Laudatio*, é preciso lembrar que o recurso à história para exaltação de uma cidade em seu presente não foi uma inovação da parte de Bruni e, como visto na introdução desse estudo, no contexto das comunas italianas isso se deu desde, pelo menos, o século XIII. Mais do que isso, é preciso declarar que o recurso à história de Roma e a vinculação da fundação de uma cidade à uma ação romana-antiga também antecedem o século XV e foi um importante recurso retórico-político empregado para engrandecer uma determinada cidade. Para que isso seja melhor fundamentado, será

³⁷ “*Nam dignitas et amplitudo maiorum ita demum filios quoque illustrat, cum illi sua quoque nitent virtute. Enimvero si ignavi sint vel dissoluti vel alio modo a virtute degeneres, maiorum splendor non tam vitia eorum tegit, quam detegit [...] quemadmodum maiorum amplitudo minime eis prodest qui degeneres sunt, sic, cum generosos successorum animos nacta est, quasi multiplicato lumine vehementer illustrat. Augetur enim dignitas et gratia, tollunturque in celum homines cum in uno eodemque loco et propria virtus et maiorum nobilitas conglutinata perpenditur. Quod quidem videmus huic civitati contingere, cuius et clarissime res geste et permulta ac maxima virtutis extant exempla, in quibus romana illa virtus et magnitudo animi perfacile recognoscitur. Quare cum ob generis claritatem prestantiamque decoratur, tum multo magis ob proprias virtutes propriasque res gestas.*”

analisada a seguir a obra intitulada *Chronica Civitatis Ianuenses (Crônica da Cidade de Gênova)* do frade Pregador Iacopo de Varazze (IACOPO DA VARAGINE, 1995).³⁸

Escrita entre 1295 e 1298, enquanto seu autor estava à frente do arquiépiscopado da cidade de Gênova e enfrentava uma cidade dividida pelo facciosismo entre guelfos e gibelinos, a crônica conta, em 12 partes, a história da comuna desde sua fundação em um passado mítico até acontecimentos ocorridos no último ano de sua escrita. Ao tratar dessa origem na primeira parte de sua obra, Iacopo versa sobre dois homens, ambos chamados Janus³⁹, que em tempos diferentes teriam, respectivamente, fundado e ampliado Gênova. No prólogo da *Chronica* é afirmado o seguinte:

A primeira parte trata da fundação e edificação de Gênova e essa parte possui quatro capítulos [...] No segundo capítulo se fala de Janus, o primeiro rei da Itália, que construiu e edificou Gênova. No terceiro capítulo é narrado que Janus, cidadão de Tróia, que ampliou e melhorou-a. No quarto capítulo se fala de Janus, que era deus e imagem sacra dos Romanos, antigamente venerado em Gênova (IACOPO DA VARAGINE, 1995, p. 338).⁴⁰

No primeiro capítulo, o cronista grafou:

Com o passar do tempo, depois que Babilônia foi construída, muitos outros construíram cidade, como Nino, que fez construir Ninive, e muito outros depois dele. Muitos desses, dentre os quais estava Janus, chegaram à Itália, onde fundaram muitíssimas cidades. Mas é de se notar que os Janus foram três. O primeiro é Janus que veio do Oriente para a Itália e quem em um primeiro tempo reinou. O segundo é um príncipe que foi cidadão de Tróia e que depois da destruição da cidade veio à Itália. O terceiro é o rei dos Epirotas, que veio a Roma e que, depois de sua morte,

³⁸ Para a tradução italiana feita por Stefania Bertini Guidetti, cf. p. 77-333; para o texto latino original, cf. p. 337-504.

³⁹ Em verdade, o cronista trata não de dois, mas três homens chamados Janus. Todavia, apenas os dois primeiros foram fundador e ampliador de Gênova; o terceiro e último teria apenas sido venerado na cidade como um deus.

⁴⁰ *“Prima pars continet a quo civitas Ianue fuit hedificata et constructa, et ista pars habet .IIIIor. capitula [...] In secundo capitulo dicitur quod Janus, primus rex Ytalie, Ianuam construxit et hedificavit. In tertio capitulo dicitur quod Janus, civis Troie, ipsam iam hedificatam ampliavit et melioravit. In .IIIIo. capitulo dicitur quod Janus, qui erat deus et simulacrum Romanorum, olim in Ianua colebatur”.*

os Romanos elevaram-no a deus e assim veneraram-no (IACOPO DA VARAGINE, 1995, p. 342).⁴¹

Dessa construção narrativa que nos oferece uma extraordinária coincidência, depreende-se que essa cidade, em verdade, não possuía apenas *uma única origem*, mas *duas* - que eram diversas ao mesmo tempo em que eram *una* em decorrência do nome dos fundadores, pois, ao fundar sua cidade, o primeiro Janus (*Ianus* no original latino) a nomeou *Ianua* (nome latino de Gênova):

De fato, alguns dizem que o próprio *Ianus*, que a fundou, lhe deu esse nome [...] isto é, foi chamada de *Ianua* ou *Ianicula* a partir de *Ianus* [...] Os antigos, em verdade, tinham o costume de chamarem com seu próprio nome a cidade que fundavam. Assim, Nino que fundou Ninive, Cres que fundou Creta, Rômulo que fundou Roma e a rainha Manto que fundou Mântua as denominaram com os seus próprios nomes (IACOPO DA VARAGINE, 1995, p. 355).⁴²

A importância que a etimologia como forma de pensamento desempenhou na cultura cristã ocidental como um todo - desde, no mínimo, Isidoro de Sevilha e seu *Etymologiarium* até pelo menos a Iacopo de Varazze, que nutria grande afeição por essa obra - se dava no sentido de “desvelar o sentido autêntico das palavras”, conforme aponta Michel Senellart. Segundo esse historiador, o recurso a essa parte da gramática era empregado para revelar verdades que subjaziam a um complexo conjunto de lexemas. Ela “restitui aos vocábulos gastos pelo uso sua força (*vis*) primitiva. Ela reajusta linguagem à ordem das coisas” (SENELLART, 2006, p. 70). Ao realizar um trabalho etimológico com o nome de sua cidade e de seu fundador e ampliador, Iacopo de Varazze, então, oferece ao seu público uma via de acesso à *ordem das coisas* que deram origem àquela cidade. Isso multiplicaria por dois (pois dois eram os fundadores) o caráter que percorre permanentemente a história da cidade ao ser aumentado por seus cidadãos que se ligam às

⁴¹ “Per processum autem temporis, h edificata Babilonia, plures alii civitates construxerunt, sicut Ninus, qui construxit Ninivem, et plures alii post ipsum. Plures tamen de ipsis ad Ytaliam navigando venerunt et ibi civitates quam plurimas construxerunt, de quorum numero fuit Ianus. Sed notandum est quod tres fuisse Iani dicuntur. Primus est Ianus, qui de partibus Orientis in Ytaliam venit et ibi primo regnavit. Secundus est quidam princeps, qui fuit civis Troie, qui post destructionem Troie ad Ytaliam venit. tertius est rex Epyrotarum, qui Romam venit et post mortem suam Romani ipsum deificaverunt et tanquam deum coluerunt”.

⁴² “Quidam enim dixerunt quod istud nomen sibi imposuit Ianus, qui eam construxit [...] scilicet dicta sit Ianua sive Ianicula a Iano [...] Solebant enim antiqui civitates, quas edificabant, a suo nomine appellare. sicut Ninus, qui edificavit Ninivem, et Cres, qui edificavit Cretam, et Romulus, qui Romam edificavit, et Mathys regina, que Mantuam edificavit, eas a suis nominibus vocaverunt”.

autoridades do passado e ao ato de fundação de sua comunidade conforme os preceitos da cultura romana antiga há pouco discutidos. Segundo o historiador Franco Cardini, “nas *origines civitatis*, segundo a norma taxonômica das lendas medievais de fundação de cidade e nas crônicas através das quais as conhecemos, é reunido o núcleo próprio de fato de cada cidade” (CARDINI, 2001, p. 99).⁴³ Assim, os caracteres aos quais os genoveses do século XIII estariam ligados por conta da fundação, ampliação e melhoramento de sua cidade por parte de ambos os *Ianus* seriam os do poder que primeiro reinou sobre toda a Itália e a descendência Troiana.

A primeira alusão à Roma ao tratar da fundação de Gênova se dá no momento em que, ao discorrer sobre o primeiro edificador, o cronista afirma que ele “[...] chegou à Itália no tempo de Moisés e lá, primeiramente, a todos reinou” e que “[...] Janus, rei da Itália, existiu mais de seiscentos anos antes que Roma fosse construída, como é manifestado claramente a partir das crônicas [...]” (IACOPO DA VARAGINE, 1995, p. 344).⁴⁴ Além dessa passagem, a antiguidade de Gênova frente a Roma foi, ainda, reafirmada na parte II da *Chronica*. No primeiro capítulo, *Em que tempo Gênova foi construída (Quo tempore Ianua fuit constructa)* o cronista assevera que “de fato, [Gênova] foi construída 707 anos antes de Roma ter sido edificada. Ela foi construída 1546 anos antes de Cristo ter nascido no mundo. Então, foi edificada na terceira idade do mundo” (IACOPO DA VARAGINE, 1995, p. 349).⁴⁵ Ao compararmos as duas citações, percebe-se que o arcebispo empreendeu um esforço de precisão da data: antes, ofereceu uma datação aproximada e, então, uma precisa. Isso é patente na sequência do texto, onde afirma que “vale pouco inserir essa informação se não podemos comprovar o que dizemos” (IACOPO DA VARAGINE, 1995, p. 349)⁴⁶. Para solucionar isso, o autor então desenvolve um cálculo com base em informações a respeito do primeiro Janus fornecidas pela obra *De mirabilibus mundi* do gramático antigo Gaio Júlio

⁴³ “*Nelle origines civitatis, secondo le norme tassonomiche delle leggende medievali di fondazione delle città e nelle cronache attraverso le quali le conosciamo, è racchiuso il nucleo stesso del fatto di ciascuna città*”. O historiador continua: “Florença é filha de Roma e em perpetuo consagrada ao deus Marte: que, deposto por João Batista, vinga-se inoculando nos ferozes e sediciosos florentinos a semente da guerra entre associações e facções” [“*Firenze è figlia di Roma e in perpetuo consacrata al dio Marte: che, spodestato da Giovanni Batista, si `vendicato inoculando nei feroci e sediziosi fiorentini il seme della guerra tra consorterie e fazioni*”] (CARDINI, 2001, p. 99).

⁴⁴ “[...] *tempore Moysi venit in Ytaliam (...) Ianus, rex Ytalie, per annos .DC. et amplius fuit antequam Roma edificaretur, sicut ex cronicis manifeste habetur [...]*”.

⁴⁵ “*Fuit enim edificata per annos .DCCVII. antequam Roma edificaretur. Fuit iterum edificata per annos mille .D.XL.VI. antequam Christus in mundo nasceretur. Fuit etiam edificata in tertia mundi etate*”. Segundo Stefania Bertini Guidetti (GUIDETTI *apud* IACOPO DA VARAGINE, 1995, p. 95, n. 28), na edição da *Chronica* feita por Monleone (MONLEONE, 1941) encontra-se a cifra DCCC (800) ou invés de DCCVII (707). Todavia, a historiadora preferiu, em sua tradução, adotar a segunda uma vez que ela é verificada em vários códices do documento e corresponde ao cálculo feito por Iacopo para determinar a antiguidade de Gênova em relação a Roma.

⁴⁶ “*Sed parum valet ista dicere, nisi possimus ista, que dicimus, cumprobare*”.

Solino (séc. III) e outras crônicas não nomeadas, mas ditas autênticas por Iacopo (IACOPO DA VARAGINE, 1995, p. 349). A antiguidade superior a Roma é novamente atesta no capítulo seguinte, *Em que tempo Gênova foi ampliada (Quo tempore Ianua fuit ampliata)*. Após algumas explicação sobre o tempo em que ocorreu a destruição de Tróia, Iacopo chega à conclusão: “E assim é evidente que Gênova, 420 anos antes de Roma e 1019 antes de Cristo, foi não construída pelo Janus Troiano, pois foi edificada por outro Janus, mas ampliada e melhorada” (IACOPO DA VARAGINE, 1995, p. 351).⁴⁷

Da história do primeiro Janus e da noção de que o fundador de Gênova foi o primeiro a ter poder sobre todos da Itália depreende-se que, portanto, deveria ser essa fundação a ser preservada e aumentada pelo genoveses: o governo sobre a Itália. Além disso, a importância de atestar a *fundação* de sua cidade como anterior à de Roma era um modo de lhe conferir maior dignidade e *autoridade* no presente. Como já observado, a questão da *legitimidade da instituição comunal* era um fator importante para as cidades que desejavam afirmar sua *autonomia política* frente ao poder imperial ou qualquer outra potência externa. Porém essa mesma operação historiográfica não se dava apenas em referência a esses poderes, mas visava também a construção de uma identidade urbana e uma consciência cívica voltada para a própria comunidade: era um meio de exaltá-la para ela mesma (GILLI, 2011, p. 351. SKINNER, 2002b, p. 20); quanto maior a antiguidade, maior seria a *nobilitas* da cidade (GUIDETTI, 1998, p. 64, 66). Em ambos os casos, o recurso à história constituiu um dos principais mecanismos para ratificar a *autoridade* que se almejava. Os procedimentos fundamentais que se efetuavam por meio da manipulação da matéria histórica era o de afirmação de uma origem que remontasse a Roma antiga ou uma antiguidade que superasse a da Cidade Eterna - a única cidade que até então era digna de receber o título de *Urbs* e a primeira, segundo o próprio cronista, a deter a sede imperial (IACOPO DA VARAGINE, 1995, p. 473). Como visto, a segunda opção foi a escolhida por Iacopo nos três capítulos da *Chronica* até então abordados. Todavia, apesar desse intuito de sobrelevação – que em grande medida é concomitantemente a um reconhecimento da grandiosidade de Roma posto que a coloca como baliza - essa ação político-historiográfica tinha suas bases no próprio pensamento *político* romano antigo no tocante ao conceito de *auctoritas*, como demonstrado há pouco.

A referência a Roma no capítulo II da segunda parte se dá, ainda, no que se refere ao nome de Gênova. Segundo o cronista, Janus

⁴⁷ “Et sic patet quod Ianua ante Romam fuit per annos .CCCC.XX. et ante adventum Christi per annos .M.XIX. a Iano Troiano non quidem edificata, quia iam ab alio Iano edificata fuerat, sed ampliata et meliorata”.

a chamou, de fato, de Gianicola usando o diminutivo por causa de sua dimensão modesta, como Roma que, no início de sua construção, quando era pequena, era chamada de Romula; quando cresceu, foi chamada Roma. Assim a nossa cidade no início de sua edificação era muito pequena e era chamada Gianicola; mas depois que se ampliou foi chamada de Gênova (IACOPO DA VARAGINE, 1995, p. 343).⁴⁸

A importância e necessidade retórica de se remeter a Roma ao tratar das origens de Gênova é bastante evidente nessa passagem a ponto de fazer com que o cronista, de certa forma, inverta a ordem dos acontecimentos. O autor se utiliza de um evento futuro para justificar um do pretérito: apesar de ter afirmado a maior antiguidade de Gênova perante Roma, o arcebispo toma seu exemplo, que na sua própria narrativa seria posterior, para justificar um acontecimento anterior.

Por outro lado, quanto à operação historiográfica de atestar a paternidade romana de uma cidade, é preciso declarar que Iacopo, de certa forma, também acaba por optá-la. O capítulo III da segunda parte da crônica trata a respeito de *Que a cidade de Gênova foi destruída pelo cartaginenses, ou africanos, mas reedificada pelos romanos e em que tempo isso ocorreu (Quod civitas Ianue a Cartaginensibus sive Affricanis fuit destructa, sed a Romanis rehedificata et quo tempore fuit hoc)*. Nele é dito o seguinte:

Os romanos enviaram Lucrécio, homem nobre, para reconstruir Gênova e reporta-la à sua condição precedente. Isso ostende o supracitado Tito Lívio, por volta do início do livro X, quando diz: 'Durante o consulado de Cornélio Servílio, no décimo sétimo ano da Guerra Púnica, no ano 545 da fundação da Urbe, a Lucrécio foi dado o comando para reconstruir o *oppidum* de Gênova, quase destruída por Magão' (IACOPO DA VARAGINE, 1995, p. 353).⁴⁹

Ao atentarmos para isso, torna-se ainda mais evidente o esforço que o cronista empreendeu para atrelar, de maneiras distintas, as diferentes fases da história de Gênova (fundação, ampliação e reconstrução) à de Roma.

⁴⁸ "Vocavit autem non Ianuam, sed Ianiculam in diminuto propter eius parvitatem, sicut enim Roma a principio sue constructionis, quando adhuc erat parva, vocabatur Romula; postquam autem crevit, dicta est Roma. Sic civitas nostra a principio sue edificationis fuit multum parva et vocabatur Ianicula; postquam autem crevit, dicta est Ianua".

⁴⁹ "Romani Lucretium, nobilem virum, miserunt ut Ianuam reedificaret et ad statum pristinum revocaret. Istud ostendit supradictus Titus Livius in libro .X. circa principium, dicens: 'Existente consule Cornelio Servilio, anno .XVI. belli Punici, ab Urbe autem condita .D.XLV., Lucretio est inperium prorogatum ut Genuam opidum, a Magone pene diruptum, reedificaret".

A segunda fundação (ou ampliação) de Gênova teria se dado por outro Janus, um cidadão troiano que, após a destruição de sua cidade na guerra contra os gregos e por desígnio de Deus, chegou à Itália e “encontrou Gianicola muito pequena. E, então, querendo ampliá-la e engrandecê-la, construiu um forte no lugar que hoje se chama Castello” (IACOPO DA VARAGINE, 1995, p. 347).⁵⁰ A relação com Roma nessa segunda fundação se dá de modo indireto, pois Tróia, à qual pertencia a cidadania do segundo Janus, foi sua progenitora (CARDINI, 2001, p. 99). Ao invés de narrar somente a odisseia de Janus rumo à Gianicola, Iacopo narra, antes, a história de Eneias, seu pai Anquises e seu filho Ascânio. Chegando à Sicília, Anquises morre e posteriormente aparece em sonho ao seu filho e lhe diz: “Não tema, mas vá à Itália, pois lá a você é reservado um reino. E este sinal será dado à você: quando chegar lá, encontrará sob uma árvore uma porca branca com 30 leitões brancos” (IACOPO DA VARAGINE, 1995, p. 346).⁵¹ Seguindo as orientações do falecido pai, Eneias segue viagem com seu filho e, chegando ao local indicado, encarrega Ascânio de fundar uma cidade.

Quando Eneias chegou lá e encontrou os leitões brancos, ordenou ao filho que construísse uma cidade [...] o filho de Eneias, como se é dito, construiu a cidade de Alba. E a partir de então, todos os reis provenientes da estirpe de Eneias foram chamados de rei albinos. Em seguida foram chamados reis selvagens a partir de um rei que se diz ter nascido em uma selva. Sucessivamente, porém, foram chamados reis romanos a partir de Rômulo, que fundou a urbe (IACOPO DA ARAGINE, 1995, p. 346-347).⁵²

Deduz-se então que a segunda fundação de Gênova provém de um mesmo núcleo que deu origem a Roma. Segundo Stefania Guidetti, ao trabalhar com lendas que chegaram até ele por uma tradição notada e seguramente já filtrada pelas coleções de *exempla* e passadas pela legitimação agostiniana, Iacopo optou por evidenciar somente os elementos estritamente ligados ao mito de fundação romana que possibilitavam um paralelo com o caso genovês (GUIDETTI, 1998, p. 76-77).

⁵⁰ “*Invenit igitur Ianus Ianiculam valde parvam. et ideo, volens ipsam ampliare et augmentare, castrum edificavit in loco, qui nunc dicitur Castellum*”.

⁵¹ “*Cumque [venissent] in Siciliam, pater eius ibi defunctus est, apparuitque sibi vir in sompnis, dicens: 'Noli timere, sed vade in Italiam, quia regnum ibi tibi debetur. Et hoc tibi signum. Cum illuc perveneris, invenies sub arbore illice porcam albam .XXX. porcellos albos habentem*”.

⁵² “*Cum igitur Eneas illuc venisset et porcellos illos albos invenisset, illic per filium civitatem edificavit [...] Filius quoque Enee, ut dictum est, civitatem Albanam edificavit et ex tunc omnes reges de stirpe Enee progeniti dicti [sunt] reges Albani. Postmodum dicti sunt reges Silvi a quodam rege, qui in silvis dicitur fuisse natus. Postmodum autem vocati reges Romani a Romulo, qui urbem edificavit*”.

Por último, “o terceiro Janus foi aquele que os romanos adoravam como um deus” (IACOPO DA VARAGINE, 1995, p. 348)⁵³, pois libertou a cidade quando ela estava sitiada por bárbaros. Posteriormente, ele também foi adorado pelos genoveses, pois na época estavam ainda sob o domínio de Roma: “Os genoveses, portanto, que então eram sujeitos aos romanos, desejando agradar os romanos e obterem o seu favor, fizeram esse mesmo Janus que era deus dos romanos o seu deus e adoraram-no por muito tempo” (IACOPO DA VARAGINE, 1995, p. 349).⁵⁴ Esse personagem *não foi um dos fundadores de Gênova*, mas a razão por trás do capítulo a ele dedicado parece ser a de construir uma história sobre a origem da cidade na qual nenhum elemento histórico/historiográfico e/ou mitológico pudesse oferecer subsídios para se afirmar que esse Janus teria sido o real fundador da cidade. Isso é aludido no terceiro capítulo, ao tratar do primeiro Janus:

É verdade, todavia, que em Roma existia um templo que se chamava Gianicolo, que os romanos edificaram em honra do Janus, seu deus, como disse Santo Isidoro e como se dirá mais adiante. Se por isso alguém quiser afirmar que esse Gianicolo é a própria Gianicola, da qual fala Solino, que Janus rei da Itália edificou, isso não é aceitável: pois Janus, rei da Itália, existiu há mais de 600 anos antes que Roma fosse construída, como se evidencia claramente a partir das crônicas; e por isso é impossível ter feito erguer esse templo (IACOPO DA VARAGINE, p. 344).⁵⁵

Visto dessa perspectiva - que parece ser a mais correta visto que Iacopo não se refere a esse terceiro Janus como fundador da cidade - o sentido desse capítulo parece ser exclusivamente o de reforçar a antiguidade de Gênova que foi atestada nos dois anteriores. Essa origem garantia à comuna uma maior autoridade frente às outras do final do século XIII ao lembrar o seu passado longínquo, do primeiro rei da Itália e sua descendência troiana, que deveria ser mantido, repetido e aumentado naquela ocasião.

Posto isso, nota-se que, *pelo menos* desde o século XIII, a ideia de que a fundação da cidade trazia consigo a própria essência da cidade e que essa permaneceria com ela para sempre e a operação narrativa que atrela esse momento à história romana já se faziam

⁵³ “*Tertius Janus fuit quidam quem Romani pro deo colebant*”.

⁵⁴ “*Ianuenses igitur, cum essent tunc Romanis subiecti, volentes Romanis placere et eorum favorem habere, ipsum Ianum, qui erat Romanorum deus, sibi deum fecerunt et ipsum multo tempore coluerunt*”.

⁵⁵ “*Verum est tamen quod Rome fuit quoddam templum, quod vocabatur Ianiculum, quod Romani in honorem Iani, dei ipsorum, edificaverunt, sicut dicit sanctus Ysidorus et sicut dicitur infra. Si igitur aliqui vellent dicere quod istud Ianiculum sit illa Ianicula, de qua dicit Solinus, quam Janus, rex Ytalie, edificavit, istud stare non potest. Quia Janus, rex Ytalie, per annos .DC. et amplius fuit antequam Roma edificaretur, sicut ex cronicis manifeste habetur, et ideo impossibile est quod ipsum templum edificare potuerit*”.

presentes e desempenhavam um importante papel em obras que tinham por objetivo exaltar uma cidade e oferecer a seus cidadãos bases para a construção de uma consciência civil. Tendo então esclarecido esses aspectos da escrita da história e panegírica entre os séculos XIII e XV na Península Itálica, convém agora, para que se alcance os fins aos quais este estudo se propôs, que se faça um paralelo entre ambas as obras, entre a *Laudatio* e a *Chronica*, e a narração da fundação das cidades presentes em cada uma delas.

Primeiramente, ao compararmos as duas narrações, nota-se que tanto Iacopo quanto Brunni não mediram esforços para atrelarem as fundações de Gênova e Florença à história Romana como forma de engrandecerem essas cidades, respectivamente, nos séculos XIII e XV. Ambos buscam construir uma representação da sua cidade que se pretende ou ao menos se insinue como historiográfica, mas que, verossimilmente, está mais para a manipulação e criação de fatos de acordo com os intentos políticos de cada um. Visto dessa perspectiva, a afirmativa de Robert Buranello de que Brunni, em contraposição às crônicas medievais (o que incluiria a *Chronica* de Iacopo) que tendiam a encobrir seus escritos com coisas de lendas e que ilustravam um plano divino, “introduziu um novo método historiográfico caracterizado por uma profunda análise de documentos que levaria a uma indicação de causa e efeito” (BURANELLO, 1996, p. 17) encontra pouco sustentáculo. Se esses documentos de fato foram empregados, esses foram abordados não como portadores de evidências sobre o passado que deveriam ser submetidos a uma profunda análise, mas como materiais suscetíveis de serem manipulados de acordo com seus objetivos políticos de apresentar Florença como grandiosa e modelo ideal de virtude (IANZITI, 2012, p. 96; CAPELLI, 2011, p. 8). O próprio Brunni deixa isso claro em uma carta de 1440 ao seu amigo Francesco Pizolpasso, arcebispo de Milão: “Uma coisa, então, é história, outra é o elogio. A história, assim, deve seguir a verdade, o elogio, veridicamente, se eleva muito acima da verdade”.⁵⁶ Assim, o trabalho de Brunni não se difere radicalmente da tradição dita medieval das *laudes* de cidades por, supostamente como quer Buranello, dispensar os aspectos lendários da fundação de cidades em favor de uma confirmação histórica (BURANELLO, 1996, p. 22). Brunni, assim como Iacopo, inventa a fundação de sua cidade; não há confirmação histórica documental. Assim como a tradição anterior havia inventado que a sua origem remontava à César, Brunni, de acordo com seus objetivos políticos, cria a ideia de que Florença havia sido fundada pela República Romana (CAPELLI, 2011, p. 3).

Todavia, apesar dessas semelhanças, é importante notar que enquanto o arcebispo preferiu, de modo mais declarado, o recurso a uma operação historiográfica-retórica que

⁵⁶ “*Aliud est enim historia, aliud laudatio. Historia quidem veritatem sequi debet, laudatio vero multa supra veritatem extollit*”. Cf. BRUNNI, 1741, p. 112.

conferia maior antiguidade a Gênova em relação a Roma, Bruni optou por alocar a origem florentina em um determinado período da história romana antiga: a era republicana. Deve-se, então, questionar essa diferença e buscar suas razões.

Analisando o período em que ambos os autores escreveram, é possível notar algumas particularidades que se mostram relevantes. No final do século XIII quando Iacopo assume o arquiépiscopado de Gênova, sua cidade era um império naval e controlava grande parte das rotas comerciais do mediterrâneo. Internamente, todavia, a cidade se encontrava dividida desde meados do século devido às disputas entre guelfos e gibelinos. Para o arcebispo, então, era preciso exaltar Gênova para ela mesma e ele o fez por meio da criação e narração de uma história que fosse capaz de conferir nobreza à cidade. Conforme Guidetti, na primeira parte da *Chronica*, na qual o cronista trata da origem de Gênova, os elementos históricos/historiográficos e mitológicos se confundem constantemente e, aparentemente, de modo proposital. Aos mesclar mito, lenda, Antigo Testamento e História, o mito figura como um pressuposto necessário à história, servindo ao desejo de fundar as raízes de uma memória para a construção de uma identidade comunal e cívica ao recuperar sua função histórica originária (GUIDETTI, 1998, p. 64-66, 83). Foi por meio dele, portanto, que o cronista atribuiu a Gênova um papel ativo constante na história universal que deveria nutrir a consciência civil – dando aos cidadãos um passado digno de ser vangloriado - e reabilitar o presente de Gênova no final do século XIII.

Por sua vez, Bruni, como demonstrado no início desse estudo, escreveu em um momento em que o maior rival de Florença, política e militarmente, havia sido excluído das disputas por poder na Península Itálica. Para Hans Baron (1996), e na sua esteira Robert Buranello (1996), o principal ponto de inflexão da *Laudatio* seria a manifestação de um sentimento republicano diante da vitória de Florença em relação ao poder dos Visconti de Milão. Seguindo sua linha de argumentação, seria por isso que o aretino, contrariamente a Iacopo, teria precisado a fundação de Florença durante o período republicano da história da Antiga Roma. A cidade antiga não havia sido capaz de, em defesa de seu republicanismo, fazer frente à tirania dos césores. Florença, pelo contrário, no século XV teria preservado a *autoridade* de seus fundadores e por isso pode, contra a tirania de Giangaleazzo Visconti, defender a liberdade e o republicanismo.

Todavia, contrariando essa visão, historiadores como Gary Ianziti (2012), Guido Capelli (2011) e John Majemy (2006), mais recentemente afirmaram que, em verdade, o grande argumento do elogio de Bruni é a defesa da expansão do domínio de Florença sobre a Itália. Ianziti atesta:

a retirada dos exércitos Visconti abriu as comportas para uma contracorrente do expansionismo florentino. Tudo parecia possível. Florença ficou posicionada no limiar do destino. Brunni não intimidou-se em afirmar que a cidade deveria ser reconhecida como o legítimo herdeiro do império universal dos antigos romanos (IANZITI, 2012, p. 95).⁵⁷

Por sua vez, segundo Capelli, “toda a construção de soberania que subjaz ao elogio de Florença é funcional a um programa de domínio onde a excelência das instituições se acompanha da beleza e a grandiosidade urbana [...] levando, se diria inevitavelmente, à preeminência política” (CAPELLI, p. 2011, p. 5).⁵⁸ De fato, se as passagens relativas à fundação de Florença apresentadas nesse estudo forem analisadas tendo essas considerações como ponto de partida, é perceptível que não há em nenhuma delas uma defesa ou exaltação de um regime republicano. Contudo, isso claramente se dá em relação à grandeza de Florença, ao seu domínio e à sua liberdade que, precisamente, seriam garantidos por seu poder e capacidade de não se subjugar a nenhuma outra autoridade. Assim, a afirmação de que Florença teve sua fundação pela República Romana toma todo um novo sentido: não seria em defesa de um republicanismo que Brunni realizou essa operação narrativa, mas devido ao fato de que foi nesse período que, por conta de virtudes por vezes não nomeadas, os romanos conseguiram estender seu domínio e se tornarem senhores do mundo. Nesse sentido, o que Brunni defende no início do século XV não é nada distante do que os governos comunais almejavam quando de seu surgimento no final do XI: ao lado da busca pela liberdade, ou seja, concomitantemente a essa demanda de independência jurídico-institucional, estava um processo urbanocêntrico por meio do qual a cidade dominava as regiões periurbanas (CAPELLI, 2011, p. 3).

Visto dessa perspectiva, acrescenta-se, ainda, mais um ponto de aproximação entre a obra de Iacopo e a de Brunni: assim como o aretino, Iacopo não promove em sua *Chronica* a defesa de um regime republicano. Para o arcebispo, o que legitima um regime e/ou o torna melhor que outro é apenas o seu bom governo (IACOPO DA VARAGINE, 1998, p. 386-392). Em relação a isso, as prescrições normativas estipuladas por Iacopo em sua obra partem da ética, são universais (CASAGRANDE, VECCHIO, 1989, p. 778) e, assim, formam uma *arte de*

⁵⁷ “The withdrawal of the Visconti armies opened the floodgates to a countercurrent of Florentine expansionism. Anything seemed possible. Florence stood poised on the threshold of destiny. Brunni did not blush to assert that the city should be acknowledged as the rightful heir to the universal empire of the ancient Romans”.

⁵⁸ “En realidad, toda la construcción soberanista que subyace al elogio de Florencia es funcional a un programa de dominio donde la excelencia de las instituciones se acompaña con la belleza y la grandiosidad urbana, y esta es consecuencia de aquella, llevando, se diría que inevitablemente, a la preeminencia política”.

governar que deve ser entendida como “uma prática moral (e não calculista e cínica) do poder, ordenada para o bem comum” (SECELLART, 2006, p. 12-14).⁵⁹ Ela se baseia, em resumo, em virtudes. Como visto, no discurso de Bruni é o cultivo de certas virtudes recebidas dos antigos romanos que permitia aos Florentinos dominarem e serem livres.

Conclusão

De maneira geral, o uso da história na *Laudatio Florentine urbis* foi um dos principais instrumentos que Bruni utilizou para engrandecer a Florença de seu tempo, justificar e incentivar a expansão de seu domínio sobre a Itália. Recorrendo a uma tradição já bem fundamentada de associar a origem de cidades à Roma como forma de exaltá-las, percebe-se que, apesar de algumas diferenças inerentes às obras e da noção de Renascimento que estabelece uma ruptura entre o século XV e a Idade Média, há na *Laudatio* elementos que atenuam essa noção se colocados em paralelo com a *Chronica* de Iacopo.

A partir de um exame do conceito de *autoridade* foi possível notar que Leonardo Bruni desenvolveu sua argumentação sobre a fundação de Florença de maneira muito próxima à sua elaboração conforme a cultura romana antiga. Enraizando nesse ponto a sua narração da fundação de Florença, o aretino traçou a história da cidade de um modo que a exalta em seu passado e em seu presente. Todavia, a partir dessa operação – e mesmo colocando a grandeza de Florença também como fruto de sua própria virtude e ações virtuosas -, Bruni acaba com toda a possibilidade da indeterminação futura: a sua origem lhe proporciona tudo para que Florença continue esplendorosa eternamente.⁶⁰ Se for tomado emprestado um aforismo historiográfico do século XX que afirma que “*quem diz mudança diz história*” (ARIÈS, 1975, p. 7)⁶¹, percebe-se que ao anular a possibilidade de mudanças substanciais no futuro de Florença e mostrar-se em posse de toda organização e desenvolvimento de sua cidade, Bruni acaba por recorrer à história de Florença para

⁵⁹ Sobre essa *arte de governar*, conferir também VIROLI, 1994, p. VIII-IX.

⁶⁰ É importante destacar aqui o otimismo característico de Bruni apontado por Skinner: “O outro ponto no qual Maquiavel difere profundamente das anteriores tradições republicanas diz respeito a como os elementos de virtude podem ser melhor consagrados na vida cívica. Leonardo Bruni e seus seguidores tendiam a ser otimistas, até complacente, nesse ponto do argumento. Bruni tinha considerado como óbvio que os florentinos são prudentes por natureza, e que essa natureza pode ser invocada para exibir coragem em defesa de sua liberdade e sentido de ordem na condução de outros negócios” [“The other juncture at which Machiavelli differs profoundly from earlier traditions of republicanism is in considering how the elements of virtù can best be enshrined in civic life. Leonardo Bruni and his followers had tended to be optimistic, even complacent, at this point in the argument. Bruni had regarded it as obvious that the Florentines are by nature prudent, and can be relied upon to display courage in defence of their liberty and a sense of orderliness in the conduct of their affairs”] (SKINNER, 2002b, p. 155-156).

⁶¹ “Qui dit changement dit histoire”.

afirmar uma sociedade que, no fim, não tem história, pois fora sempre a mesma.⁶²

Bibliografia

ARENDDT, Hannah. *Between Past and Future: Six exercises in political thought*. New York: The Viking Press, 1961.

ARIÈS, Philippe. Les grandes étapes et le sens de l'évolution de nos attitudes devant la mort. In: *Archives des sciences sociales des religions*. N. 39, 1975. pp. 7-15.

BARON, Hans. *The crisis of the early Italian renaissance: civic humanism and republican liberty in an age of classicism and tyranny*. Rev. one-volume ed. with an epilogue. Princeton, NJ: 1966.

BELGRANO, L.T. (ed.). *Annali genovesi si Caffaro e de' suoicontinuatori*. Gênova: Instituto Sordo-Muti, 1890.

BRUNI, Leonardi. *Epistolarum libri VIII*. Florentiae: Ex Tyrgraphia Bernardi Paperinii, 1741. _____; VITI, Paolo. *Opere letterarie e politiche*. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1996.

BURANELLO, Robert. The structure and strategy of Leonardo Bruni's *Laudatio Florentinae Urbis*. In: *Quaderni d'italianistica*. Volume XVI, No. 1, 1995. p. 17-31.

CAPELLI, Guido. Leonardo Bruni, la *Laudatio Florentine urbis* y el mito de la ciudad republicana. In: *Ciudades: conflicto y representación política*. Madrid, Universidad Complutense, Departamento de Filosofía III, dir.: J. L. Villacañas. 27-29 junio 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/6142182/Leonardo_Bruni_la_Laudatio_florentine_urbis_y_el_mito_de_la_ciudad_republicana>. Acesso: 9 de novembro de 2015.

CARDINI, Iacopo, la pace e la guerra. In: GUIDETTI, Stefania Bertini (org). *Il Paradiso e la terra: Iacopo da Varazze e il suo tempo*, Atti del Convegno Intern. di Studio, Varazze 24-26 sett. 1998, Firenze: Sismel Edizione del Galluzzo. 2001. pp. 71-82.

CASAGRANDE, Carla e VECCHIO, Silvana. *Cronache, morale, predicazione: Salimbene da Parma e Jacopo da Varagine*. In: *Studi Medievali*. Vol 30:2, 1989. pp. 749-788. p. 778.

CÍCERO. *De legibus*. Arquivo digital disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/cicero/leg3.shtml#28>>. Acesso: 15 de setembro de 2015.

GILLI, Patrick. *Cidades e Sociedades Urbanas na Itália Medieval (século XII-XIV)*. Campinas, Sp: Editora da Unicamp; Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2011.

⁶² Tal reflexão tem sua raiz, e portanto é tributária, no pensamento de Claude Lefort acerca do totalitarismo e da democracia moderna. Cf. LEFORT, 1988, p.9-20. (especialmente p. 16).

- GUIDETTI, Stefania Bertini. *Potere e propaganda a Genova nel Duecento*. Gênova: ECIG, 1998.
- IACOPO DA VARAGINE. *Cronaca della città di Genova dalle origini al 1297*. Ed. Stefania Guidetti. Gênova: ECIG, 1995.
- IANZITI, Gary. *Writing History in Renaissance Italy: Leonardo Bruni and the Uses of the Past*. Cambridge, Massachusetts London, England: Harvard University Press, 2012.
- LEFORT, Claude. *Democracy and political theory*. Cambridge: Polity Press, 1988.
- MONLEONE, Giovanni. *Iacopo Da Varagme e la sua Cronaca di Genova*. Rome, 3 vol., 1941.
- NAJEMY, John M. *A history of Florence: 1200-1575*. Malden: Blackwell Publishing, 2006.
- SENELLART, Michel. *As artes de governor: do regimen medieval ao conceito de governo*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- SKINNER, Quentin. *The foundations of modern political thought*. Vol. 1: the renaissance. Cambridge, U.K.; New York: Cambridge University Press, 2002a.
- _____. *Visions of politics*. Cambridge, U.K.; New York: Cambridge University Press, 2002b. vol. 2.
- VITI, Paolo. In: BRUNI, Leonardo. *Opere letterarie e politiche*. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1996.
- VIROLI, Maurizio. *Dalla Politica alla Ragion di Stato: La scienza del governo tra XIII e XVIII secolo*. Roma: Donzelli Editore. 1994.



Recebido: 16 de setembro de 2015

Aprovado: 8 de março de 2016